

DAQUI NÃO SAIO, DAQUI NINGUÉM ME TIRA: TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIAS DO GRANDE PIRAMBU, FORTALEZA (CE).

Amíria Bezerra Brasil

Doutoranda FAUUSP, bolsista CAPES

Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

amiriabrasil@gmail.com

Emanuel Ramos Cavalcanti

Doutorando PPGAU-UPM

Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

ercavalcanti@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Esse artigo é resultado do diálogo entre as reflexões desenvolvidas pelos dois autores individualmente em seus projetos de tese, tendo ambos a cidade de Fortaleza como recorte espacial. Um dos autores já desenvolve tese acerca das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e o outro desenvolveu um projeto de tese, ainda com seleção em curso, sobre as formas de intervenção do poder público e do mercado imobiliário em áreas da cidade com grande concentração de vazios urbanos – periferias industriais – oriundos de processos de desindustrialização/desconcentração industrial. Entretanto, há uma temática em comum que permeia as duas reflexões, dando origem a esse artigo que é a produção capitalista das cidades, em especial no Brasil, e o lugar das populações afetadas e de suas demandas nesse processo.

Dessa forma, começamos a observar os movimentos de resistências das populações afetadas por intervenções urbanas de grande porte, que não consideram suas demandas, e consideramos um caso importante para a compreensão da problemática dentro do nosso recorte espacial: o Grande Pirambu¹ (Figura 1).

¹ O Grande Pirambu é formado por parte dos bairros: Jacarecanga, Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará.

Figura 1. O Grande Pirambu



Fonte: Google Earth (modificado pelos autores)

O objetivo do trabalho é apresentar argumentos que possibilitem refletir sobre as formas de planejar e projetar a cidade que afetam diretamente a população moradora, mas que não a inserem em seus escopos. Esse processo termina provocando movimentos de resistência, mas muitas vezes, apesar disso, o resultado é a expulsão da população para áreas distantes. Na produção capitalista do espaço não há lugar para os atores que não podem pagar caro por ela, promovendo movimentos sociais de diversas origens e objetivos.

O artigo foi desenvolvido inicialmente a partir da discussão de alguns conceitos considerados importantes, o que compõe a primeira parte do trabalho. Na segunda parte, através de um estudo de caso de uma das comunidades mais antigas da cidade de Fortaleza, o Grande Pirambu, foram apresentados os conflitos e as resistências dessa população como enfrentamento às propostas do Estado com o intuito de permanecer no lugar onde residem.

A CIDADE CAPITALISTA E FORTALEZA

Alguns aportes teóricos

A produção do espaço urbano, em uma sociedade capitalista, se dá essencialmente pela disputa da terra, pois esta é uma mercadoria de grande valor, variável dentro da cidade. Dessa forma, os diferentes agentes sociais disputam por localização, que varia de valor de acordo com os atributos físicos, infraestrutura e proximidade com serviços e equipamentos urbanos (Villaça, 2012).

Essa disputa, entretanto, não se dá de forma equilibrada, pois os agentes sociais possuem poderes econômicos diferentes para enfrentar essa variação de valor da terra, o que faz com que sua apropriação se dê por grupos sociais diversos dependendo do seu valor. Além disso, a valorização da terra torna a sua apropriação inacessível para alguns, o que contribui para a ocupação fundiária ilegal.

Outro fator que interfere diretamente na disputa pela terra nas cidades capitalistas, e, conseqüentemente, pela localização, é a ação do Estado. As intervenções do Estado alteram o valor da terra, aumentando-o e, conseqüentemente, favorecendo aqueles grupos que podem pagar por um alto valor, ou aqueles proprietários que ganham com esses aumentos (Idem). As intervenções estatais devem, portanto, fazer parte de um planejamento urbano mais abrangente da cidade, para que contemplem, prioritariamente, os grupos sociais mais frágeis e mais necessitados.

Entretanto, o que temos visto no Brasil não são intervenções urbanas que fazem parte de um planejamento urbano abrangente, mas sim intervenções pontuais que possuem objetivos específicos. No país, a intervenção Estatal, na maioria das vezes, tem contribuído para ampliar a desigualdade de oportunidades de acesso à terra urbana pelos grupos sociais, favorecendo aqueles de maior renda e que já possuem terras, ou até especuladores. Isso se dá porque os grupos sociais possuem poderes políticos diferentes também, o que se relaciona diretamente com o poder econômico (Idem).

Essa situação é visível em muitas cidades brasileiras, como no objeto de estudo desse artigo, a cidade de Fortaleza. A disputa pela terra, a falta de condições econômicas para aquisição de uma moradia adequada e o planejamento urbano ineficiente e pontual fez com que a cidade possuía, de acordo com o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)², cerca de 900 assentamentos irregulares, onde vivem cerca de 269.000 famílias, ou seja, mais de 1.070.000 pessoas.

A produção do espaço urbano em Fortaleza, portanto, se dá permeada de conflitos, disputas e ameaças, principalmente para as comunidades de baixa renda. Nesse contexto e considerando um planejamento urbano pouco abrangente e incluyente, observa-se que o Estado termina muitas vezes associando-se com os grandes capitais, direcionando os investimentos públicos para as áreas de interesse daqueles capitais, reforçando a segregação socioespacial. Resta, dessa forma, às comunidades de baixa renda insurgirem-se e resistirem às remoções, em busca da garantia de seus direitos presentes na Constituição Federal de 1988

² O Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de Fortaleza foi desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza durante o período de 2010 a 2012.

Figura 3. Planta Adolfo Herbster, 1888



Fonte: Reis Filho, 2000 (modificado pelos autores)

Entretanto, é importante destacar que apesar dos assentamentos estarem identificados naquelas plantas, não havia nenhuma proposta para eles, eles não faziam parte do planejamento da cidade.

Um outro assentamento precário pode ser identificado já no início do século XX, chamado Pirambu, localizado mais à oeste do centro da cidade (a cidade da época). As origens do assentamento também estão relacionadas com a migração do interior do estado do Ceará para a capital, em decorrência de grandes secas que aconteceram no início daquele século. As famílias de retirantes que chegavam à Fortaleza eram destinadas, a partir das políticas estatais da época, a campos de concentração e, destes, rumavam para outras áreas da cidade, como, por exemplo, para a orla. “Uma [das concentrações] ficou às margens da Estrada de Ferro de Baturité [linha sul] e a outra próxima a Estrada de Ferro de Sobral [linha oeste]” (Rios, 2001, p. 14).

O assentamento foi crescendo consideravelmente no decorrer do século XX em consequência do desenvolvimento de uma área industrial ao longo da Av. Francisco Sá, próxima a ele, também nesse período. Atualmente ele tem uma grande extensão e se constitui por várias comunidades, divididas em três bairros, conforme comentamos anteriormente, e conhecida como o Grande Pirambu.

O primeiro plano a identificar a problemática social dos assentamentos precários de Fortaleza foi o Plano desenvolvido pelo arquiteto Hélio Modesto, em 1963³. Esse plano localiza os assentamentos precários, inclusive o Pirambu, e faz menção à necessidade de medidas para a solução do problema. Entretanto, apesar do reconhecimento, o plano não faz nenhuma proposta para essas áreas (Brasil, 2014).

É importante destacar que os assentamentos que se consolidaram até início do século XX localizam-se na orla marítima e, por esse motivo, sua população terminou por ocupar-se da pesca. Essa localização se deu devido ao processo de urbanização de Fortaleza acontecer “de costas” para o mar, pois durante muito tempo a praia em Fortaleza foi desvalorizada pelas elites devido a valores culturais, dado que a população fortalezense vinha do interior do Estado.

A aproximação dessa elite com o mar começa por volta da década de 1920, com a construção de algumas casas de veraneio na Praia de Iracema, mas nessa época a relação não era tão próxima e não haviam banhos de mar. Os contatos com a Europa, após a construção do Porto do Mucuripe, na década de 1940, mudaram essa relação, a partir da importação de produtos e costumes daquele continente (Dantas, 2011).

Os banhos de mar se iniciam por recomendações médicas, como parte do tratamento de algumas doenças, mas em seguida passam a cumprir a função de lazer das elites que começam a demandar espaços de recreação na praia. O fortalecimento do contato das elites com o mar se dá a partir da década de 1970, quando começam a ser construídos os primeiros equipamentos de lazer nessas áreas. Inicialmente é construído o calçadão da Av. Beira-Mar, e em seguida, na década de 1980 são construídos o polo de lazer da Praia do Futuro e o polo e lazer da Barra do Ceará (Dantas, 2011).

A partir desse processo de valorização do litoral começam os primeiros conflitos entre as comunidades de baixa renda, moradoras originárias dessas áreas, e as classes mais favorecidas.

O Grande Pirambu – Pirambu

O Pirambu surgiu, como comentado anteriormente, em decorrência de uma situação de exclusão social. A cidade formal de Fortaleza não tinha condições, nem interesse, de abrigar os migrantes, portanto a comunidade já surge em condições físicas precárias, sem

³ Esse Plano, desenvolvido em 1963, foi efetivamente o primeiro do século XX. Devido à abrangência dos temas tratados por ele foi o primeiro a ser nomeado como Plano Diretor.

infraestrutura urbana, com casas construídas com materiais frágeis e improvisados e em terreno irregular e inapropriado do ponto de vista geológico, em área de praia e de morro.

É importante, entretanto, comentar que o Pirambu surge separado da “cidade de Fortaleza” na época, pelo Cemitério São João Batista, construído “em 1866 para receber os mortos vitimados pela varíola e outras epidemias que assolavam o Ceará no século XIX” (Oliveira, 2013), bem como para adequar-se à nova cultura urbana de fins do século XIX que passou a proibir o enterro no interior das igrejas e a localização dos cemitérios próximos aos núcleos centrais da cidade. Portanto, o Pirambu, dentre outras áreas da cidade, surge como uma primeira periferia ou área pericentral.

O seu crescimento se deu rapidamente, intensificando-se a partir da década de 1930, com a instalação do primeiro distrito industrial do Ceará, localizado ao longo da Av. Francisco Sá. O início da instalação do distrito se deu em 1930, quando foi instalada a oficina mecânica da Rede de Viação Cearense (RVC), conhecida como Oficina do Urubu (Barbosa et al., 2012). As indústrias se localizaram na zona oeste de Fortaleza, onde já havia população de alta renda morando, devido à facilidade da via férrea existente, que ligava essa área ao porto que havia sido transferido da área central para o Mucuripe na década de 1940. A localização facilitava também a ida ao trabalho pela população de alta renda, residente no bairro Jacarecanga, vizinho a essa área. Além disso, situava-se próximo ao centro e ainda tinha reserva de mão-de-obra suficiente para trabalhar nas indústrias.

Entretanto, a Av. Francisco Sá, a ferrovia, e as indústrias, fizeram a separação entre a área das residências nobres, infraestruturadas e de boa qualidade, ao sul da região, e a comunidade do Pirambu, assentamento precário que estava em crescimento, conforme comentamos, à norte. De acordo com a Figura 4, o assentamento não aparece no mapa desenvolvido pelo Plano Hélio Modesto, ficando como área vazia, sem nenhuma marcação entre o distrito industrial e o mar, por não ser considerado “cidade formal”.

Figura 4. Distrito Industrial Av. Francisco Sá



Fonte: Accioly, 2008 (modificado pelos autores)

O período de auge do funcionamento desse distrito industrial, e conseqüentemente de crescimento da comunidade do Pirambu, foi a década de 1960. Apesar da existência da comunidade, o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana (PLANDIRF), de 1972, transformou a área em Zona Industrial da Francisco Sá (ZI-1) ou Distrito Industrial de Fortaleza (DIF 1) o que oficializou essa atividade econômica (Matos, 2014). Entretanto, apesar da destinação da atividade para essa zona, a área ainda era muito pouco infraestruturada, faltando desde saneamento básico, até pavimentação das vias. Essa condição agravou a condição de precariedade da área, o que expulsou parte da população de alta renda, do Jacarecanga (Figura 4) para outras novas áreas nobres da cidade em ascensão.

Apesar de não estar previsto pelo planejamento urbano da cidade, e nem haver incentivos estatais que estimulassem a ocupação residencial daquela área, a comunidade do Pirambu foi se consolidando cada vez mais.

As casas se localizam em área de dunas móveis, hoje fixas por causa da ocupação, e em área de praia, na Barra Ceará (Figura 5). O rio Ceará é um dos mais importantes recursos hídricos que cortam a capital cearense, formando a segunda maior bacia da cidade. A área tem, portanto, um grande potencial paisagístico.

Figura 5. Barra do Ceará (do lado direito da ponte é Fortaleza, do lado esquerdo é Caucaia)



Fonte: <http://oquefazernoceara.blogspot.com.br>

A partir da década de 1970, quando a sociedade fortalezense passa a valorizar as áreas de praia, através de projetos como a construção da Av. Beira-Mar e o calçadão contíguo a essa via, e na década seguinte com a construção da Praça 31 de março na Praia do Futuro, e o Polo de Lazer na Barra do Ceará (área da foz do rio Ceará), a comunidade começa a se sentir ameaçada pela primeira vez, e a partir de então a luta pela resistência no lugar passa a ser cotidiana para os moradores.

Insurgências e Resistências do Pirambu

Embora as articulações em torno da resistência remontem aos anos 1950, a manifestação de maior expressão, com grande repercussão na cidade e legitimada pela presença da Igreja Católica que ajudou a organizar os moradores, aconteceu em 1962, sob o nome de Marcha do Pirambu contra as ameaças de despejo, representando a luta pela posse da terra (Barreira, 1992).

A marcha se deu devido à dificuldade de comunicação entre a comunidade e o Estado e pelas constantes ameaças, por parte da polícia e Marinha, de despejo ou proibições de construção de novas moradias. O vigário da Paróquia, Pe. Hélio Campos, conseguiu articulá-los contra as ordens de despejo. Ainda em 1960, o padre lançou o Plano de Recuperação do Pirambu, “esse plano consistia na organização do bairro, tendo o Centro Social Paroquial Lar de Todos, como o órgão de planejamento no qual a Igreja e o Serviço Social trabalhariam em conjunto, com o objetivo de erradicar a miséria do bairro” (Oliveira, 2013). O Padre conseguiu também dar visibilidade à problemática do Pirambu naquele ano, publicando diversas notícias nos jornais. A partir de então, durante dois anos, a comunidade se organizou para a Marcha.

A Marcha foi o primeiro movimento de grande porte a sair nas ruas da cidade de

Fortaleza, com cartazes, faixas e o grito: “Vem ver oh! Fortaleza o Pirambu passar...” (Ibidem.). Os moradores, estimados em 20.000 pessoas, caminharam lentamente pela cidade em direção à Prefeitura reivindicando justiça social e denunciando a situação de miséria e precariedade em que vivia a comunidade.

A Marcha desencadeou a aprovação do Decreto Lei 1.058, de 25 de maio de 1962, que desapropriou parte dos terrenos onde eles estavam instalados “que leva o movimento a se constituir na pioneira experiência local de desapropriação por interesse social” (Barreira, 1992, p. 61). Entretanto, isso não foi suficiente para garantir plenamente o direito de moradia daquela população, muito menos de melhorias nas condições habitacionais.

Em 1973 a comunidade sofre uma forte intervenção a partir da construção da Av. Leste-Oeste (Figura 6). A construção da via pretendia fazer a ligação da área industrial com o Porto do Mucuripe, mas cortou a comunidade, dividindo-a em duas partes e retirando uma quantidade significativa das casas, que foram indenizadas e cada família seguiu para outro lugar.

Em 1998 a Av. Leste-Oeste ganha uma nova função, devido à construção de uma ponte, sobre o rio Ceará, que passou a ligar Fortaleza ao município vizinho, Caucaia. A construção da ponte trouxe consigo a ampliação e requalificação daquela via, que passou a ter um movimento de veículos muito maior que anteriormente e, tanto a construção da ponte, quanto a requalificação da via, provocaram a desapropriação de muitas residências.

Figura 6. Início da Av. Leste-Oeste, próxima ao centro da cidade



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

Já nos anos 2000, com a inauguração de um novo porto no Estado, o Porto do Pecém, e o seu Distrito Industrial, no município de São Gonçalo do Amarante, Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), muitas indústrias foram se retirando da área do Grande Pirambu e se deslocando para lá. Esse movimento de desconcentração industrial, política estatal de interiorização dessa produção, remonta ainda a construção do Distrito Industrial de Maracanaú, na RMF, que começa a receber as primeiras plantas ainda no final dos anos 1960 (Amora, 2005). A saída das indústrias deixou grandes vazios urbanos na região, dentre eles a área da antiga Oficina do Urubu, da extinta Rede de Viação Cearense (RVC).

Uma nova ameaça à comunidade se configura em 2002 a partir da apresentação do Projeto Costa-Oeste, por parte do Governo do Estado do Ceará e da Prefeitura Municipal de Fortaleza, que contemplava a construção de uma via paisagística à beira-mar, com um calçadão, desde a foz do rio Ceará até o antigo Kartódromo, ou seja, ao longo de toda a comunidade. O projeto estava inserido no contexto de afirmação da cidade turística, onde a construção da imagem de Fortaleza estava bastante relacionada à divulgação do seu litoral. Na época somente parte do litoral era divulgado: a porção da Av. Beira-Mar e a Praia do Futuro, e o projeto intencionava inserir a costa oeste na imagem litorânea da cidade (Brasil, 2009).

A proposta foi desenvolvida sem diálogo com os moradores, e não previa a urbanização da área da comunidade, era uma intervenção pontual. A via paisagística e o calçadão se sobrepunham às casas mais próximas ao mar e estava, portanto, prevista a sua retirada. Também seriam retiradas as casas lindeiras a algumas vias perpendiculares à futura via paisagística, que dariam acesso àquela e precisariam, portanto, ser alargadas, sem previsão, entretanto, de local para realocação das casas retiradas em área próxima.

O Projeto, portanto, se configurava como uma proposta gentrificadora, que além da expulsão das famílias de forma direta para construção das vias, provocaria uma expulsão posterior, a partir da valorização da área. A comunidade, portanto, se mobilizou e resistiu contra a implementação do projeto.

Em 2005, houve uma mudança na gestão municipal, de um governante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para um do Partido dos Trabalhadores (PT), e várias mudanças aconteceram, entre elas algumas que afetam essa comunidade e alteram esse projeto, conforme comentaremos a seguir.

Inicialmente, foi aprovada a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), que era de 1992, dando origem ao Plano Diretor Participativo, aprovado em 2009, que transformou o Grande Pirambu em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), do tipo 1,

de assentamento consolidado, o que será comentado posteriormente como uma importante conquista dos moradores.

Devido ao reconhecimento da população como ZEIS 1 e, conseqüentemente a partir da necessidade de garantir a sua permanência na área, o projeto Costa-Oeste foi modificado em 2006, passando a se chamar Vila do Mar. O projeto Vila do Mar propunha a requalificação do Grande Pirambu, através da urbanização da faixa de praia e do reordenamento da área da comunidade, incluindo a previsão de realocação das famílias situadas em áreas de risco, ou com infraestrutura da moradia muito precária, para conjuntos habitacionais construídos em áreas próximas àquelas onde moravam na época.

A via paisagística inclui um calçadão com o reordenamento das barracas de praia existentes, e a criação de ancoradouros para os barcos dos pescadores, além de áreas de lazer. As casas que ficaram de frente para a nova via receberiam um tratamento para melhoria das condições habitacionais. Também seriam alargadas vias de acesso à via paisagística, com a melhoria das casas lindeiras às vias que permanecessem no lugar.

O que diverge o Projeto Vila do Mar do Projeto Costa-Oeste é a quantidade de famílias removidas, que naquele é muito menor, além da previsão da requalificação da área a permanecer e a realocação das famílias para áreas próximas em conjuntos habitacionais construídos pela Prefeitura.

Uma parte das obras já foi concluída ainda pela gestão do PT, como partes do calçadão e da via paisagística, na área da Barra do Ceará e do Cristo Redentor que fazem parte do Grande Pirambu (Figuras 7 e 8). Nesses trechos, podemos perceber a apropriação dos moradores por essas áreas, que já as utilizam intensamente. Além disso, parte das unidades habitacionais também já foi entregue às famílias. O restante, do calçadão, da via e das unidades habitacionais, está sendo construído pela atual gestão da prefeitura, do Partido Republicano da Ordem Social (PROS), desde janeiro 2013.

Figura 7. Calçadão Projeto Vila do Mar



Fonte: Tribuna do Ceará, 2013

Figura 8. Calçadão e Barracas Projeto Vila do Mar



Fonte: Jornal O Povo, 2013

Os conjuntos foram programados para construção em quatro etapas (lotes). Destes lotes, o primeiro, com 264 unidades e o segundo, com 84 unidades, já foram entregues. Resta a construção de outros dois, de 588 e 582 famílias, respectivamente. Ao todo, o projeto visa beneficiar 14.486 famílias⁴ (Figura 9). Os lotes escolhidos para essas intervenções estão dispostos ao longo da Av. Francisco Sá que, como dito anteriormente, se configurou, junto com a Estrada de Ferro Fortaleza-Sobral, como os dois vetores de industrialização inicial da zona oeste de Fortaleza e de, conseqüentemente, atrativo populacional para essa área adjacente ao Grande Pirambu.

Figura 9. Conjunto Vila do Mar 1 – Av. Francisco Sá



Fonte: Google Street View

Na área ao longo da avenida foram definidos, pelo Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDP-For), de 2009, inúmeros lotes como Zona Especial de Interesse Social 3 (ZEIS 3), exatamente nos terrenos que passaram a configurar vazios urbanos com a desativação e realocação das indústrias aí existentes para outras regiões do Estado do Ceará, como o novo porto (Pecém) e o Distrito Industrial do Maracanaú, ambas áreas na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Nesses vazios, portanto, foram implantados os conjuntos acima citados (Figura 10).

⁴ Dados disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Fortaleza: www.fortaleza.ce.gov.br

Figura 10. Substituição dos lotes das indústrias desativadas: Conjuntos Habitacionais Vila do Mar – tracejado amarelo; empreendimentos residenciais privados – tracejado branco

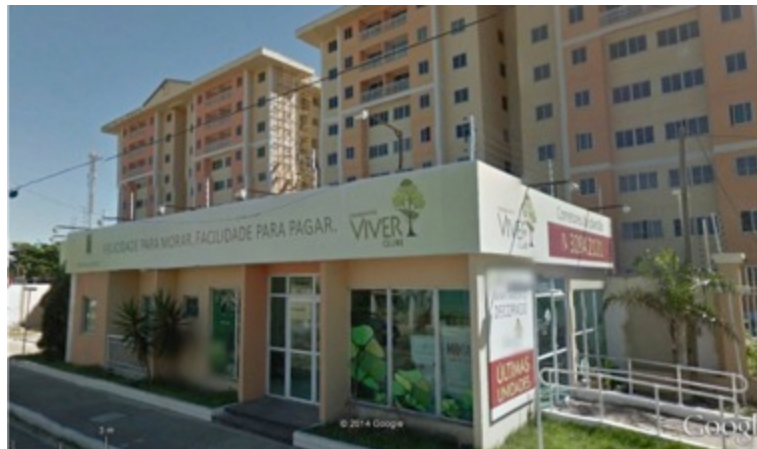


Fonte: Google Earth (modificado pelos autores)

Essas ações da Prefeitura são de grande importância para a dinâmica urbana da área, pois se aproveitam dos instrumentos previstos no Plano Diretor e da presença, no local, de equipamentos essenciais às famílias deslocadas como escolas, creches e postos de saúde além da excelente localização da Av. Francisco na malha urbana da cidade, como oferta de transporte público para todas as regiões da cidade e Região Metropolitana.

Além disso, essas ações tem sido importante para contrabalançar a ação dos setores imobiliários que hoje veem na região oportunidades de empreendimentos residenciais de médio e até alto padrão e tem disputado com o poder público os espaços dos vazios urbanos citados acima (Figura 10 e 11). Embora os empreendimentos para outras faixas, além daqueles de baixa renda beneficiados pela Prefeitura, sejam importantes para uma diversificação de população nessas áreas, quanto à faixa de renda, entendemos que os empreendimentos já implantados pelo mercado imobiliário trazem configurações espaciais privatizantes (grandes espaços coletivos privados no interior dos chamados “residenciais”) e uma população usuária de automóvel particular o que ajuda a justificar, junto com a sensação de insegurança na cidade, o enclausuramento em torres confinadas dentro de muros.

Figura 11. Empreendimentos Residenciais Multifamiliares na Av. Francisco Sá

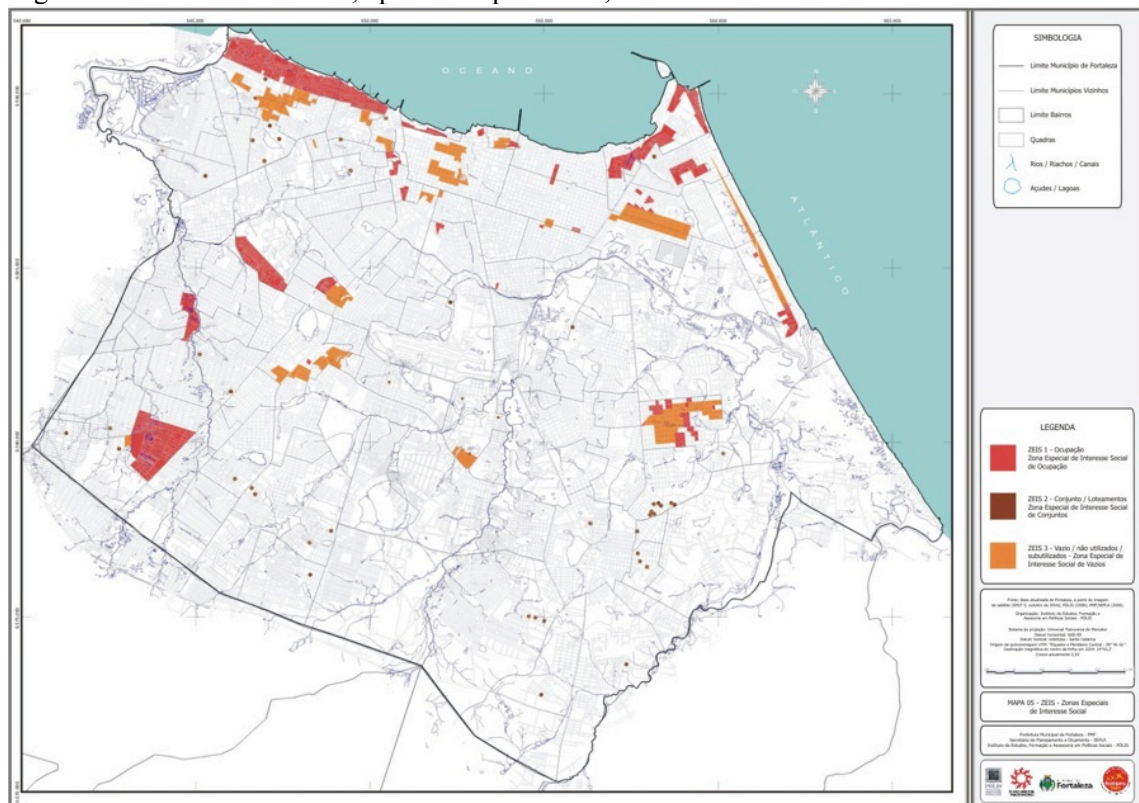


Fonte: Google Street View

Com relação à transformação da área do Grande Pirambu em ZEIS 1, a conquista se deu como resultado da articulação e mobilização da própria comunidade. Durante o processo de revisão do Plano Diretor⁵ a Prefeitura organizou um processo participativo e convidou as comunidades a apresentarem propostas de ZEIS 1 e 3. A comunidade do Pirambu, como é uma comunidade que estava organizada à época, apresentou uma proposta que engloba todo o Grande Pirambu, incluindo todos os bairros que o compõe, o que foi acatado pela lei, aprovada em 2009 (Figura 12). Entretanto, apesar da existência do Projeto Vila do Mar e da legislação que aprovou a ZEIS, não houve nenhum avanço na regularização da ZEIS, nem formação do Conselho Gestor, nem desenvolvimento de um Plano de Regularização Fundiária e Urbanização, o que deixa a comunidade vulnerável, apesar das conquistas anteriores.

⁵ A revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), vigente desde 1992, foi um processo longo e conturbado, passando por duas gestões municipais. Inicia-se no final do mandato de Juraci Magalhães (2001-04), não sendo aprovado, retorna para discussão na Câmara dos Vereadores já na gestão Luizianne Lins (2005-08) e é finalmente aprovado em 2009, já na reeleição da prefeita. Para uma compreensão detalhada do processo ver Machado (2010).

Figura 12. ZEIS de Fortaleza, aprovadas pelo PDP, 2009



Fonte: Fortaleza, 2009

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na exposição sobre a trajetória das resistências das populações do Grande Pirambu foi possível identificar, essencialmente, a permanência, no tempo, da disputa pela terra urbana na cidade de Fortaleza, bem como o ainda frágil empoderamento dos pobres.

Embora apresentando uma história de resistências que remonta aos anos 1950 e que ajudou a construir certa coesão social e identidade local, entre os moradores, a ação estatal compromissada com o padrão fundiário da propriedade privada, soberano no país, e os processos especulativos frente à valorização recente da terra no Grande Pirambu e entorno, ainda prevalecem.

Nem mesmo os processos participativos recentes – o PDP-For e o Orçamento Participativo – que trouxeram algumas garantias importantes como a realocação das famílias afetadas pelo Projeto Vila do Mar, para áreas próximas e com rede de equipamentos urbanos, infraestrutura viária e de transportes presentes e funcionais, foram suficientes para transformações mais profundas na porção oeste da cidade, ainda pobre e parcialmente infraestruturada.

Além disso, através da identificação dos vários projetos urbanos previstos e/ou executados para a área, e de suas consequências, pudemos constatar como são reforçados/disseminados os padrões segregatórios e geradores de desigualdades sócio-espaciais a partir da produção capitalista do espaço.

Isso esteve expresso desde a abertura da Av. Leste Oeste nos anos 1970 e da Ponte sobre o Rio Ceará, em anos mais recentes, obras viárias de grande impacto na estruturação sócio-espacial do lugar, acarretando, normalmente, grandes remoções de moradores.

Some-se a esses projetos, ainda com maior impacto, a inteira urbanização da orla oeste da cidade – Projeto Vila do Mar – que trará, certamente, ainda muito mais pressões sobre a área, imobiliárias essencialmente, indicando um caminho de renovadas resistências que façam com que esse irreversível processo de valorização não atropеле o direito à cidade garantido constitucionalmente a todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCIOLY, V. M. 2008. *Planejamento, Planos Diretores e Expansão Urbana: Fortaleza 1960-1992*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia. Salvador.
- AMORA, Z. B. 2005. *Indústria e espaço no Ceará*. In: SILVA, J. B. (org.). *Ceará: um novo olhar geográfico*, Fortaleza, Edições Demócrito Rocha.
- BARBOSA, J. & COSTA, M. C. L. 2012. *Transformações socioespaciais na zona oeste de Fortaleza*, Belo Horizonte, Anais do XVII Encontro Nacional dos Geógrafos (ENG).
- BARREIRA, I. A. F. 1992. *O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política em construção*, Rio de Janeiro, Rio Fundo Ed.
- BRASIL, A. B. 2009. *Lotearam o sol do Ceará: A captura do Estado pela atividade turística e a exploração do litoral de Fortaleza pelo Capital Imobiliário*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco. Recife.
- _____. 2014. *Plano ou Projeto? As ZEIS de Fortaleza no contexto do planejamento estratégico*, São Paulo, Anais do III Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ).

- DANTAS, E. W. C. 2011. *Mar à Vista. Estudo da Maritimidade em Fortaleza*, Fortaleza, Edições UFC. 2^a ed.
- FORTALEZA. 2009. *Plano Diretor Participativo*, Fortaleza, Prefeitura Municipal de Fortaleza.
- JORNAL O POVO. 2013. Investimentos em Qualificação Urbana [Online]. Fortaleza. Disponível em: <http://www2.opovo.com.br/anuariofortaleza/economia/investimentos-em-qualificacao-urbana.php> [Acessado em: 15 de novembro de 2014].
- MACHADO, E. G. 2010. *Planejamento urbano, democracia e participação popular: o caso da revisão do Plano Diretor de Fortaleza (2003-2008)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza.
- MATOS, F. C. 2014. *Redesenhando vazios industriais*. Trabalho Final de Graduação. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza.
- MUNIZ, M. A. P. C. 2006. *O Plano Diretor como instrumento de gestão da cidade: o caso da cidade de Fortaleza*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal.
- OLIVEIRA, R. N. N. de. 2013. *A cidade e os insubmissos: “vem ver oh! Fortaleza o Pirambu passar”*. Revista de História Bilros. História(s), Sociedade(s) e Cultura(s) [Online], Vol. 1. No.1. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=783> [Acessado em: 21 de novembro de 2014].
- REIS FILHO, N. G. 2000. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, São Paulo, FUPAM/EDUSP/IMPrensa Oficial do Estado.
- RIOS, K. S. 2001. *Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*, Fortaleza, Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará.
- Tribuna do Ceará. 2013. *Vila do Mar* [Online]. Fortaleza. Disponível em: <http://www.tribunadoceara.com.br/noticias/foto-reportagem/fortalezaemfotos/attachment/vila-do-mar-por-omar-jacob-2/> [Acessado em: 15 de novembro de 2014].
- VILLAÇA, F. 2012 *Reflexões sobre as cidades brasileiras*, São Paulo, Studio Nobel.